

Eleições podem quebrar equilíbrio

O precário equilíbrio que permeará a economia no segundo semestre corre o risco de ser quebrado, dependendo dos rumos dos dissídios coletivos de duas categorias poderosas: os petroleiros e os bancários. Um graduado assessor do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, admitiu: "Se eles obtiverem ganhos malucos, como reposição de perdas de planos econômicos anteriores, a inflação pode detonar de novo".

Esta possibilidade, entretanto, é considerada remota pela equipe econômica. Seus técnicos lembram que a política salarial em vigor implica composições salariais sistemáticas. A cada mês há antecipações, o que diluiria bastante o impacto dos reajustes na hora do dissídio. A preocupação maior do governo é com os meses de setembro, outubro e novembro, que concentram as datas-bases das categorias chamadas "faróis".

São aquelas — como petroleiros e bancários — que apresentam

grande organização, poder de pressão e todos os anos conseguem reajustes mais generosos. De toda sorte, os técnicos acreditam que este fator não será suficiente para romper o equilíbrio que estancou a inflação no patamar dos 20%. "O impacto desses reajustes é relativo, até porque todo o mundo sabe que o salário médio, ao longo do tempo, vem caindo", argumentou um assessor de Marcílio.

O governo está mais preocupado mesmo é com a repercussão que terão as eleições municipais sobre as contas públicas. Tradicionalmente, estados e municípios promovem verdadeira orgia fiscal em época de eleição e o Governo Federal pouco pode fazer para inibir esses gastos. "O fato é que nós não temos ingerência nas administrações estaduais e municipais. Mas onde podíamos controlar, nós controlamos. Restringimos o crédito, os avais do Tesouro às suas dívidas externas, e mantemos os bancos estaduais sob rígido controle", argu-

mentou um técnico.

Mesmo assim sobra espaço para a "festa" fiscal das eleições. Um assessor do Ministério da Economia exemplifica: "Apesar de a Constituição de 1988 ter aumentado brutalmente a renda dos estados e municípios, o que se viu foi aqueles que investiam em saúde, e por isso tinham um excelente sistema de atendimento, deixarem de fazê-lo com as mudanças constitucionais, abocanharam a receita e transferiram para o Governo Federal a responsabilidade de investir nesse setor. Interpretaram que caberia ao SUS — o Sistema Federal de Saúde — arcar com estes gastos.

No Ministério da Economia, o comportamento dos estados e municípios é o problema mais temido. "Eles tiveram sua receita multiplicada e não receberam novas obrigações em contrapartida. Não somam esforços para superar a crise e têm poder de desequilibrar as contas públicas", resume um técnico. (M.M.)